

SESSÕES DO PLENÁRIO

57ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de setembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELINO GALO LULA (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Declaro aberta a presente sessão especial de comemoração aos 10 anos da criação da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo, Coetrae-BA, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido, para compor a Mesa, a Sr.^a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Adriana Campelo (palmas); o Sr. Superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos, Jones Carvalho, neste ato, representando o governo do Estado; a Sr.^a Auditora Fiscal e Coordenadora do Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo, Liane Durão (palmas); o Sr. Juiz do Trabalho, Anderson Rico, representante da Associação dos Magistrados do Trabalho (palmas); o Sr. Representante da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, Marcos Vinícius Júnior; o Sr. Diretor, Wellington Resende, representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural, SDR (palmas); o Sr. Chefe de Gabinete, Everaldo Augusto, representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (palmas); a Sr.^a Vice-Presidente da Avante, Educação e Mobilização Social, Ana Buratto (palmas); a Sr.^a Técnica da Coordenação de Educação do Campo, Cássia Margarete Amaro dos Santos, representando a Secretaria da Educação (palmas); a Sr.^a Representante do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, a minha professora Guiomar Inez Germani (palmas); e o Sr. Coordenador Técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho, Hildásio Pitanga. (Palmas)

Agora, ouviremos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Bom dia, meus companheiros, minhas companheiras.

Queria cumprimentar todos vocês presentes nesta ação que a gente chama de uma homenagem, mas, na verdade, é uma ação política no sentido de reforçar, apoiar e trazer a memória de todo o povo brasileiro acerca da necessidade desta ação, pois esta é uma ação das mais nobres, um trabalho duro, com risco de vida, mas necessário à nossa sociedade, principalmente neste momento que é a erradicação do trabalho escravo.

Então, estamos aqui para, justamente, homenagear a criação da comissão e os seus 10 anos de existência, mas, principalmente, aqueles que, no exercício da sua função profissional e na sua militância, se dedicam, de forma determinada, a esta ação

necessária e urgente que é uma ação muito nobre. Vocês merecem esta homenagem. Não só uma homenagem, mas este é o estímulo desta Casa para que, neste momento tão difícil, continue com mais força.

Por isso, eu agradeço as presenças de todos vocês, todos e todas, nesta Casa, na manhã de sexta, na sexta dos carurus, mas que os orixás, também, vão nos ajudar nesta tarefa.

Então, por isso, eu agradeço ao Sr. Superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos, Jones Carvalho, que, neste ato, representa o governo do Estado e tem a tarefa de vigiar, cuidar e implementar políticas dos direitos humanos em nosso estado. Então, o nosso agradecimento.

Quero cumprimentar a Sr.^a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Adriana Campelo, que tem uma função fundamental, pois, neste momento, paga um custo muito caro: é alvo da sanha destruidora dos direitos. E um dos alvos é, justamente, o Ministério do Trabalho, principalmente pelo exercício que tem na proteção ao mundo do trabalho e na proteção aos direitos dos trabalhadores. Muito obrigado.

Cumprimento, também, a Sr.^a Auditora Fiscal e Coordenadora do Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo, Liane Durão. Receba os nossos agradecimentos por exercer esta função arriscada. Já tivemos aqueles que foram assassinados exercendo esta função.

Cumprimento o Sr. Coordenador Técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho, Hildásio Pitanga; a Sr.^a Professora do Instituto de Geociência da Universidade Federal da Bahia. Como eu disse, ela é a minha professora que vem nesse trabalho há muito tempo, discutindo o campo brasileiro, discutindo as relações de trabalho, discutindo o trabalho escravo, que não fica só no campo, que é no campo e na cidade. Então foi com essa professora que eu aprendi muito.

Quero cumprimentar a Sr.^a Técnica da Coordenação de Educação do Campo, Cássia Margarete Amaro dos Santos, que representa a Secretaria de Educação neste trabalho fundamental, porque a educação é o instrumento de libertação. Se tivéssemos mais educação, teríamos, com certeza, menos trabalho escravo; a Sr.^a Vice-Presidente da Avante, Educação e Mobilização Social, Ana Buratto; o Sr. Chefe de Gabinete, Everaldo Augusto, representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; o nosso companheiro Wellington Resende, que representa a SDR, também numa ação importante, porque fica no campo e o campo é onde estão presentes as maiores estatísticas dos resgates e, por consequência, também, essa ação nefasta que é a permanência do trabalho escravo; o Sr. Representante da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, Marcus Vinícius, essa polícia moderna e competente que exercita essa proteção aos direitos humanos e tem uma ação diferenciada.

Eu presto atenção, inclusive, à simples abordagem policial que é feita por essa polícia, que é um pouco diferente de outras. Inclusive, a própria Defensoria Pública estadual fez uma cartilha sobre a abordagem policial. Ali, há um manual para preparar a sociedade para vigiar e, também, para se impor. Isso foi objeto de protesto aqui nesta

Casa. Mas quero reafirmar essa cartilha como necessária à sociedade. É com sua força que se educa os agentes repressivos do estado. Então, é muito importante. Parabéns à Polícia Rodoviária Federal, que se diferencia nesse ponto aí.

Saúdo o Sr. Juiz do Trabalho, Anderson Rico, representante da Associação dos Magistrados do Trabalho, pois ele é, também, alvo neste momento, uma vez que se trata, atualmente, de um objeto a ser destruído, porque luta e milita no sentido de preservar as garantias e os direitos da nossa população e, principalmente, da classe trabalhadora.

Cumprimento o nosso companheiro Admar, que não veio para a Mesa, não quis vir para a Mesa, mas ele é um grande maestro. Ele faz essa articulação dentro desta Casa, dentro do nosso governo, com um trabalho espetacular. Ele é muito jovem, mas muito competente, muito comprometido com os direitos humanos e, principalmente, nesta ação de combate ao trabalho análogo ao do escravo, principalmente, no campo e na cidade. Ele é muito trabalhador e comprometido.

(Lê) “Esta sessão especial, realizada aqui nesta Casa, tem o objetivo de comemorar os 10 anos de criação da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, Coetrae-BA, criada através do Decreto nº 11.723, de 22 de setembro de 2009, assinado pelo então governador Jaques Wagner.

Mas esse fato é também de se lamentar, pois, após mais de 360 anos de escravidão oficial, dos mais de 5 milhões de escravos trazidos da África, amontoados em navios negreiros, torturados durante o trajeto da costa africana para a costa brasileira, ainda falemos nesta praga que nos apequena perante o restante do mundo e nos traz prejuízos em todas as esferas da economia, da dignidade humana e da política.

No Brasil, há um marco jurídico nacional que estabelece como crime submeter qualquer trabalhador a condições análogas a de escravo. O art. 149 do Código Penal brasileiro é o mais específico ao caracterizar como crime submeter o trabalhador ou a trabalhadora a jornada exaustiva, condições degradantes, trabalho forçado e servidão por dívida.

Trabalho escravo no Brasil nunca foi exceção, ele não deixou de existir com a assinatura de uma lei. A escravidão contemporânea traz elementos de adaptação do modo de produção capitalista, ausentes os grilhões da antiga escravidão, mas sem deixar a crueldade ainda mais lucrativa, dado que o trabalhador não tem custo significativo para ser ‘contratado’ e, na maioria das vezes, não tem ligação com o local de trabalho. O número alto de trabalhadores em condições de vulnerabilidade permite o descarte irrestrito quando o trabalhador estiver doente, ou quando não for mais necessário.

A legislação brasileira é avançada no que diz respeito ao trabalho análogo ao de escravo, mas combatê-lo, no Brasil, para além da legislação trabalhista, é também o enfrentamento ao grande latifúndio e à herança cultural da escravidão.

Existe, hoje, por incrível que pareça, tramitando uma proposta da bancada ruralista que visa dificultar as ações de combate ao trabalho escravo. O projeto de lei propõe alterar o art. 149 do Código Penal, retirando termos caros para o avanço do combate ao trabalho análogo ao de escravo no Brasil, como ‘jornada exaustiva’,

‘condições degradantes de trabalho’ e ‘preposto’, e incluindo a necessidade de que ocorra ameaça, coação e violência para a caracterização do trabalho escravo.

Entendo que essa proposta tem a intenção de garantir a permanência de condições inaceitáveis de superexploração dos trabalhadores pobres brasileiros. E para além das ações de resgate, e da garantia na legislação de punição efetiva para os empregadores que fazem a escolha de cometer esse crime, é preciso criar condições para que esses trabalhadores possam ser reinseridos de forma digna na sociedade e no mercado de trabalho.

Hoje, 131 anos depois da abolição legal da escravatura, estamos a comemorar os 10 anos da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo da Bahia.

O trabalho que se apresenta para a Comissão é de uma magnitude infinita, combater o legado da escravidão que, para além da cultura de superexploração do trabalhador, aspecto sobre o qual nos debruçamos hoje, se apresenta também concretamente no encarceramento em massa da população negra e no extermínio da nossa juventude, principalmente a juventude negra.

Os donos da terra, o agronegócio, as mineradoras, as carvoarias, a indústria da madeira e a de confecções continuam a utilizar a mão de obra escrava para o aumento de sua lucratividade.

É só abrirmos os jornais e revistas ou acessarmos os *sites* para nos depararmos com fatos e manchetes como estas:

‘Homens mantidos em condições análogas a escravidão são resgatados na Bahia

Os três estavam em fazenda de Ribeirão do Largo, para onde foram levados por aliciador.

Esta é uma manchete do *Correio da Bahia*, de 2019.

Outra, do Globo, 13 de agosto de 2019.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) resgatou na manhã desta sexta-feira (13) nove trabalhadores em condições análogas as de escravidão no Km 685 da BR 242, nas proximidades da cidade de Cristópolis, a cerca de 800 quilômetros de Salvador.

As comissões estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo, com a dedicação dos seus integrantes, já conseguiram resgatar, de 1995 até o final de 2018, mais de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, sendo 3 mil e 265 na Bahia e 967 em Salvador.

É muito importante o trabalho realizado pela Coetrae/BA e seus números não deixam dúvidas sobre a sua eficiência.

A Bahia é o quinto estado no Brasil com maior número de resgates de trabalhadores em situação análoga à de escravo.

Segundo Admar Junior, presidente da Coetrae, a Bahia é referência mundial no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo e o estado mais preparado para combater o trabalho escravo, fato reconhecido até pela Organização Internacional para as Migrações e pela ONU (Organizações das Nações Unidas).

Esse trabalho é fruto de um planejamento executado de forma integrada pelas secretarias do Estado da Bahia, coordenado pela Secretaria da Justiça, Cidadania e

Direitos Humanos e pelas Secretarias do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria da Segurança Pública, contando com o apoio determinado, voluntário e decisivo do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, OIT - Organização Internacional do Trabalho e da PRF.

Parabenizamos a todos que compõem a Coetrae/BA pela excelência dos serviços nessa luta inglória e secular de banimento da exploração do homem pelo homem e da escravidão.

Como dizia o velho Marx, mais satanizado pelos senhores escravagistas do que, hoje, o Paulo Freire: ‘O trabalho da pele branca não pode se emancipar onde o trabalho da pele negra é marcado a ferro.

Por isso, queremos os homens e mulheres libertados e em condições de viver a vida em sua plenitude!

Parabéns à Coetrae pelos seus 10 anos de constante atuação e vigilância” e implementação de políticas no sentido de levar à libertação.

E viva o trabalho digno! Viva a Coetrae! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Concedo a palavra, agora, ao coordenador técnico da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho, Dr. Hildásio Pitanga, por até 5 minutos.

O Sr. HILDÁSIO PITANGA: Bom dia a todos e a todas.

Faço uma saudação à Mesa e ao deputado Marcelino Galo, e também à representante do Ministério Público do Trabalho, Dr.^a Adriana Campelo.

Quero fazer a abertura desta sessão relembrando que a Coetrae/BA, ao comemorar os seus 10 anos de existência, ela faz parte da Agenda Bahia do Trabalho Decente, uma agenda que é um compromisso do governo do estado da Bahia. A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte coordena essa agenda. No âmbito da criação dessa agenda foi formada a Coetrae/BA, e aqui já foi ressaltada a importância dessa comissão no combate ao trabalho escravo em nosso estado.

Quero destacar também que essa comissão, nós temos uma atuação da Secretaria do Trabalho, hoje com um projeto, o Projeto Ação Integrada, que desenvolve trabalhos, que atua no atendimento a esses trabalhadores e trabalhadoras que são vítimas dessa situação de trabalho análogo à escravidão.

Mas antes de falar desse projeto, o qual contribui para a erradicação do trabalho escravo, quero destacar aqui, deputado Marcelino Galo, que hoje, num dia de comemoração, enquanto estando como coordenador da Agenda Bahia do Trabalho Decente e entendendo a importância desta sessão na comemoração dos seus 10 anos, convocamos hoje uma reunião ordinária do comitê gestor da Agenda Bahia do Trabalho Decente. Então, nós convocamos todos os membros do comitê gestor para fazer parte desta sessão, como importante essa comemoração.

Quero destacar também, me permita, deputado, a nossa equipe técnica que acompanha esse eixo no âmbito do trabalho decente, aqui representada por Vanda Galvino, que coordena uma área da Sudest importantíssima para o acompanhamento das ações do combate ao trabalho escravo, e Diego Meira, que é o representante da nossa agenda, que cuida, especificamente, do eixo de combate ao trabalho escravo.

E fazendo menção, agora, ao Projeto Ação Integrada, quero destacar que esse projeto teve uma iniciativa, uma inspiração no Mato Grosso do Sul. Nós nos inspiramos nesse projeto por entender que ele, efetivamente, teria possibilidade de romper o ciclo do trabalho escravo.

E nós, aqui, na Bahia, temos essa missão importante de coordenar esse projeto que, desde 2015, já atendeu 102 pessoas que foram vítimas do trabalho escravo no estado da Bahia. Através da Coetrae, da sua força-tarefa, o que eu destaco como uma iniciativa muito importante, nós conseguimos atender a esses trabalhadores e, através do Fundo de Promoção do Trabalho Decente e da Setre, realizamos ações de qualificação desses trabalhadores.

Eu destaco que desde 2015 já investimos, através do fundo da Secretaria do Trabalho, quase R\$ 1 milhão para atendimento a esses trabalhadores e nós já qualificamos e atendemos 474 trabalhadores entre 2015 e 2018, trabalhadores que foram vítimas, foram resgatados do trabalho escravo e também trabalhadores vulneráveis das comunidades na qual esses trabalhadores ainda são aliciados para essa situação de trabalho escravo.

Quero destacar, nesse cenário nacional que nós estamos vivendo de grande enfrentamento ao desemprego e de grande ameaça ao emprego formal, um projeto que nós iniciamos este ano na região de Itambé, um projeto de inclusão social produtiva que atende a esses trabalhadores na perspectiva de que no campo, através da produção de hortaliças e de tilápias, esse projeto possa fazer com que esses trabalhadores tenham uma vida digna e possam produzir e viver desse sustento.

Então, nesses 10 anos, eu quero destacar esse projeto que é acompanhado pela Secretaria do Trabalho, em parceria com a Secretaria da Justiça, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que coordena esse trabalho com apoio de outros parceiros como o MPT, como o TRT, como a Secretaria de Educação, dentre outros.

Então, faço aqui essa ressalva e dizer também, trazer um abraço do nosso Secretário Davidson Magalhães, que é o secretário desta pasta, que tem uma conduta muito proativa e assertiva para que a gente mantenha essa agenda em atuação.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agradecer a Hildásio, e agora, vamos ouvir uma apresentação do Núcleo do Neojiba, essa ação civilizatória mais importante do nosso estado na construção da cidadania, e que tem muito a ver com o que nós estamos tratando aqui.

Então, vamos lá, aos nossos músicos e música.

(Lê) “Bom dia! Sejam bem-vindos ao concerto do Núcleo Liberdade!”

A Camerata da Orquestra Pedagógica Experimental do Núcleo de Prática Musical Liberdade preparou uma apresentação especial com composições de Beethoven, H. Villa Lobos e outros grandes nomes da música.

O Núcleo de Prática Musical Liberdade está sediado na Organização do Auxílio Fraterno e hoje conta com mais de 180 integrantes de 6 a 22 anos que realizam atividades de prática musical coletiva de música orquestral, canto coral e iniciação Musical.

Agradecemos ao apoio do Patrocínio da Magazine Luiza através da Lei Federal de Incentivo à Cultura e Patrocínio da Wilson Sons através do Conselho e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Muito obrigada pela presença de todos e pela equipe Neojiba que possibilitou a realização desta apresentação.

O programa Neojiba é uma realização do Instituto de Ação Social Pela Música e do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

Por favor, desliguem os seus celulares e tenham todos uma ótima apresentação!”

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Muito lindo.

Quero agradecer ao núcleo da Neojiba que fez esse discurso musical de libertação da alma.

E, aqui, registrar a presença de Rosalvo de Oliveira Júnior, que representa a Secretaria de Meio Ambiente; Tâmara Azevedo, coordenadora do segmento de turismo, representando Fausto Franco, secretário de Turismo; Marcelo Barros, coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; e Dandara Lopes, coordenadora da Sepromi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):E, agora, nós vamos convidar o nosso companheiro Admar Fontes Júnior, ele que teve um grande empenho na organização desta sessão, entendendo e tendo a sensibilidade de que é preciso dar visibilidade a esse trabalho, dar força política a esse trabalho.

Então, quero agradecer a você, Admar, por todo o seu trabalho, parabéns pelo fortalecimento da Coetrae-BA.

O Sr. ADMAR FONTES: Bom dia a todas e todos, em nome do proponente da sessão, nosso querido e amigo, deputado Marcelino Galo, saúdo os demais membros da Mesa, fazer um agradecimento aqui breve, porque eles já estão indo, ao professor Marivaldo, muito obrigado, meu amigo. Excelente! Galera, vocês são show de bola, Neojiba parabéns! Aninha, muito obrigado de coração, vocês são mil. Excelente trabalho que o Neojiba vem fazendo em nosso estado, através de uma ação exitosa do governo do estado da Bahia, esses meninos vêm brilhando não só no nosso estado, mas no Brasil e no mundo. Parabéns, professor Marivaldo, pelo seu belo trabalho. Muito obrigado.

Bem, hoje, agradeço ao nosso deputado Marcelino Galo por esta sessão especial, os 10 anos da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Estado da

Bahia, comissão esta que desde 2007, em 22 de setembro, no seu surgimento, através do grande empenho da sociedade civil, vem lutando por melhorias no combate ao trabalho análogo ao escravo em nosso estado.

E hoje esta comissão é o que é, exemplo para o Brasil e para o mundo, graças ao conjunto, o Admar não trabalha sozinho, o Admar sempre trabalha em conjunto. E não tenho problema algum em estar na Mesa, no púlpito ou na cadeira, brincadeiras à parte, esse é o nosso trabalho. Esse é o nosso trabalho de parceria, certo, as vaidades, essas coisas, aí eu deixo de lado. Deixo de lado porque foi assim que eu aprendi, foi assim que cresci e quero, cada vez mais, crescer com essa luta do combate ao trabalho escravo com essa humildade que temos hoje, um exemplo para o nosso país, um exemplo de garra e de competência. E, sim, conseguimos fechar o ciclo do trabalho escravo, porque estamos agora através da Setre, através do Funtradr, através do Comitê Gestor, através da Coetrae, através de vários órgãos, fechando esse ciclo da cadeia do trabalho escravo com a primeira turma de Itambé em parceria com a Setre, em parceria com a Secretaria de Educação, qualificando e inserido esses trabalhadores resgatados no mercado de trabalho.

Isso sim, isso que é trabalho, isso é a nossa luta. É mostrar para um governo que está vindo totalmente de encontro, deputado, a todas essas políticas, mostrar a ele que é possível. E a Coetrae-Bahia mostra, hoje, que é possível fazer isso, não só num local do nosso país, mas, sim, a gente pode expandir isso como exemplo para que outros estados também sigam o modelo da Bahia e repliquem também em seus estados. É possível, sim. E como foi possível? Através de um conjunto, trabalhar individualmente não dá certo, trabalhar em conjunto dá super certo. E estamos mostrando ao mundo que isso dá muito certo.

Como o senhor bem disse, nós tivemos a visita aqui de representações da Organização Internacional do Imigrante, OIM; a OIT é nossa parceira, Organização Internacional do Trabalho, vieram aqui no estado da Bahia, tivemos a oportunidade de nos reunir na Setre para falar um pouco mais do nosso trabalho no estado da Bahia, de como nós trabalhamos e levamos isso para países tanto da América Central quanto da América do Sul, para que possam replicar também nos seus países um modelo de atendimento, repressão, qualificação e inserção no mercado de trabalho desses trabalhadores, isso que importa.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial, de coração, a um setor, e aí peço licença ao superintendente, que é o setor de transporte da Secretaria de Justiça, esse setor que sempre, sempre, sempre, sempre ergueu as mãos para mim, me deu as mãos na hora que eu precisei. Então, Wellington e Juracy, diretor da ADA e coordenador de transporte, transmita esse meu agradecimento a toda a equipe de transporte. Equipe essa, deputado, que vem se capacitando, nós fizemos a capacitação, em parceria com a PRF, dos motoristas da Secretaria de Justiça e ampliamos também para outras secretarias. Faremos outras capacitações para que eles possam entender de que forma eles podem trabalhar, nos ajudar e entender também como conduzir vítimas de tráfico de pessoas, de trabalho análogo ao escravo. É importante eles saberem como

devem proceder, nós estamos fazendo também essa capacitação para os nossos motoristas e em breve eles terão outras capacitações também.

Por que eu falo de tanta coisa, de tantos trabalhos? Porque trabalhamos em conjunto. A Coetrae-BA pode não ter muito dinheiro, mas tem muita história para contar. Nós somos ousados, ousadia é o nosso nome, porque temos o plano estadual, um plano de trabalho ousado – não é, Ildásio? – é um plano estadual ousado. Liane, Cássia, Raimunda, Vanda, Marcinha, minha querida Marcinha, nós conseguimos, deputado, no último triênio, executar quase 75% de todas as nossas ações do plano estadual, um plano estadual arrojado, em parceria, Dr.^a Adriana, com o Ministério Público do Trabalho, braço forte em nossa comissão também, que acreditou na comissão quando ela estava, em 2014, muito enfraquecida. Aí veio o colega Marcos Vinícius, da PRF, e Antônio Melo, do AIT, e conseguimos de novo resgatar das cinzas, algo que Vanda já vinha, já, também, na luta, eu, Ildásio, já estávamos desacreditados e aí os colegas conseguiram dar aquele novo gás, aquela nova energia e fazer dessa Coetrae um exemplo, hoje, para nosso país.

Comemoro, sim, os 10 anos da comissão, mas não com felicidade por essa comissão existir, não devemos comemorar algo tão triste, que infelizmente está assolando o nosso país e cada vez mais, porque a fome aumentou, a crise está cada vez pior e, graças a Deus, o nosso estado, hoje é o sexto...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vou terminar. (...) é o sexto no país que mais empregou, falta ainda muito e estamos, cada vez mais, no caminho certo e na luta contra o combate ao trabalho escravo.

Mais uma vez, parabenizo todos da comissão, as 21 instituições que compõem a comissão, parabenizo a Avante, Geografar, todos vocês, meus parceiros, muito obrigado. Mais uma vez agradeço de coração todo o trabalho desempenhado por todos vocês.

Bom dia a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Quero agradecer e parabenizar Admar pelo seu trabalho, que ele siga em frente. Nós sabemos da importância dele para a consolidação dessa ação no nosso governo.

Então, agora convidamos a professora Guiomar Inez Germani por até 5 minutos.

A Sr.^a GUIOMAR INEZ GERMANI: Eu quero iniciar saudando o nosso querido e combatente deputado Marcelino Galo, que sempre abre o espaço desta Casa para tratar temas tão relevantes. Saúdo também a Mesa, eu acho que cada um aqui representa os setores que se unem nesse trabalho exemplar da Bahia para a erradicação do trabalho escravo.

Saúdo todos os presentes, as presentes. Quando fui chamada para vir aqui – tudo bom Sílvia? – eu fiquei muito emocionada, porque a última vez que eu usei esta tribuna, deputado Marcelino, foi para receber o título de cidadã baiana, que muito me orgulha

e eu tenho certeza que parte desse título eu recebi, porque comungo com os que estão aqui também nessa luta de acreditar que “Com tiranos não combinam, brasileiros corações.” Deu até um branco, porque a gente sabe que a tirania está querendo voltar.

Eu acredito que o trabalho da Coetrae que hoje comemora, celebra esses 10 anos, não é nada mais, nada menos, do que uma luta contra a tirania, não é? É contra a tirania que se estabelece no seio de uma sociedade que admite escravizar os indivíduos.

Então eu acho que essa é a tirania maior, que a gente acaba nem se dando conta, a sociedade nem se dá conta que o trabalho escravo está tão perto, está mais perto de vocês. Acho que todo trabalho da Coetrae é para erradicar, mas também para mostrar para a sociedade como a marca da escravidão ainda está presente. Jessé de Souza fala que “A escravidão é como a semente da sociedade desigual, perversa e excludente do Brasil.” E é uma semente que continua germinando e sendo cultivada, daí a importância do trabalho da Coetrae, do esforço articulado e também deste ato de celebração.

Eu quero apresentar o que o Geografar tem feito dentro da universidade, o mapeamento do trabalho análogo ao escravo na Bahia. No Geografar, como Marcelino falou, nos dedicamos a entender o campo baiano e a enorme conflituosidade que o marca, mas em 2009 nós fomos convidados pela CPT para – Moreno está lá me ajudando, por favor moreno, pode passar a imagem – fazer o estudo sobre o trabalho escravo na Bahia, o diagnóstico, o mapeamento do trabalho escravo na Bahia. É um trabalho que começamos desde 2009 no Grupo de Pesquisa Geografar, Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Advogados Trabalhadores Rurais, Sintoagro, Pastoral do Migrante, com o apoio do CNPq e da Fapesp e é um trabalho que tem continuidade, vida após resgate. É um trabalho do Gepote, um grupo da economia que se preocupa, como Hildásio falou, com o resgate desses trabalhadores como forma de impedir que volte o círculo vicioso, que volte novamente o trabalho escravo.

Ambos os trabalhos são coordenados pela professora Gilca Garcia de Oliveira, que era quem deveria estar aqui, mas está em viagem. Em nome dela mando uma saudação para todos da Mesa e em nome dela e em meu nome eu agradeço tanto a oportunidade deste convite para estar aqui, como a oportunidade de termos acompanhado tão de perto o trabalho da Coetrae. É um aprendizado constante para se aproximar dessa realidade e também para ver as dificuldades de as políticas públicas saírem do papel. O esforço conjunto também é a criação de novas formas de administração e de gestão.

Eu vou apresentar aqui um pouco do que temos sobre a espacialização do trabalho escravo na Bahia e um pouco do perfil desses trabalhadores resgatados. Marcelino já fez menção ao art. 149 do Código Penal, mas eu só quero lembrar que a Abolição foi feita em 1888, mas só em 1940, quer dizer 52 anos depois, que entra no Código Penal ser considerado crime submeter os indivíduos a situação análoga à escravidão. E todo o esforço do Estado para criar, institucionalizar dentro da sua estrutura meios para combate.

Destaco alguns aqui: 1995, criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel; 2002, a garantia do seguro desemprego e da qualificação profissional e relocação no mercado de trabalho; 2003, o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e

também a criação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; 2004, a lista suja do trabalho escravo, o cadastro dos empregadores infratores; 2004, identificação da cadeia dominial dos imóveis rurais autuados; 2009, a criação da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, a Coetrae; 2014, a criação do Programa de Ação Integrada, que já foi citado aqui na Mesa; 2014, a Emenda Constitucional nº 81, que altera o art. 243, que considera para desapropriação as terras onde foi encontrado trabalho escravo e 2016, a criação do Grupo de Articulação Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Escravo - Gaete.

Quer dizer uma série de esforços feitos para criar dentro da estrutura do estado elementos para combater o trabalho escravo, mas também temos como marco em 2019, o Decreto nº 9.759, que determina a extinção temporária dos conselhos e comissões que integravam a política nacional de participação social, é a Coetrae nesse daí também, quer dizer que mais do que nunca é necessária a resistência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por favor, me dá mais uns 5 minutos aí, porque agora eu vou falar da espacialização. A gente faz um esforço para espacializar onde acontecem essas ações e é interessante ver esses dois mapas.

No primeiro mapa mostra a espacialização dos 105 casos de trabalhadores resgatados e no outro mapa mostra o número de trabalhadores resgatados. Quanto mais escura a cor, maior o número de casos. E nos dois mapas São Desidério é apontado como o município que tem tanto o maior número de casos quanto o maior número de trabalhadores resgatados.

A gente poderia comentar mais esse mapa. Não posso comentar senão Marcelino me cassa a palavra e tem outras coisas. Mas é importante ver que todos os municípios do Extremo Oeste da Bahia registram esse tipo de relação de trabalho. E chamo a atenção porque são justamente esses municípios que são o carro chefe do agronegócio, onde a tecnologia da produção é citada com louvor, com a vitrine do agronegócio nacional. Esses dados mostram que o agro não é pop. (Palmas)

Essa outra espacialização mostra os municípios de origem dos trabalhadores resgatados. Nem todos são desses municípios, podem ter sido resgatados no Brasil todo e esses são os municípios de origem. São dois períodos: 2005 a 2010 e 2013 a 2016, mas dá para ver o número de municípios do estado da Bahia que submetem sua população a buscar formas de trabalho análogas à escravidão, para poder se reproduzir e viver. Isso nos leva a pensar no que acontece em cada um desses municípios e desses pontos em que as pessoas tendem a buscar um trabalho escravo para a sua reprodução e da sua família.

Esses dados são do Seguro Desemprego e a gente também tem que buscar o porquê. O que acontece nesses locais? E a gente acredita que o cerceamento do acesso à terra é uma das condições fundamentais para que parte desses trabalhadores busquem nesse tipo de relação as formas de vida. Esse mapa mostra a espacialização de terra na Bahia com base no Índice de Gini e, mais uma vez, os municípios do Oeste da Bahia mostram uma concentração altíssima, com destaques. Nas partes mais escuras são onde o Índice de Gini atinge de 0,9 a 1, quer dizer, em quase todo o estado da Bahia há uma

concentração de forte a muito forte, o que significa o cerceamento de acesso à terra para grande parte dessa população.

Esse mapa mostra a estrutura fundiária do estado da Bahia. Os estabelecimentos de até 50 hectares correspondem a 96,3 e detêm 21,47% da área, enquanto os estabelecimentos acima de 500 hectares correspondem a 1,61 e detêm 45% da área. Ou seja, é uma situação que realmente explica o que obriga esses trabalhadores a buscarem formas de sobrevivência fora dos seus municípios de origem.

Peço licença, Marcelino, mas um pouquinho, porque acho muito exemplar trazer a estrutura fundiária de São Desidério, município que tem mais casos e mais trabalhadores resgatados, de 1970 a 2006. Falando rapidinho, no ano de 1970, os estabelecimentos de até 50 hectares representavam 95% do total de estabelecimentos e detinham 21% da área, enquanto os acima de 500 hectares correspondiam a 0,63 e detinham 62 a 63% da área.

Em 2006, em apenas 36 anos, tem-se um quadro em que os estabelecimentos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de até 50 hectares – só mais um pouquinho, deputado – correspondem a 63% dos estabelecimentos e detêm 1,63% da área, enquanto os estabelecimentos acima de 500 hectares correspondem a 13% do total e detêm 93 a 94% do território. Quer dizer, quase toda a área do município está tomada por grandes propriedades. Aqui um gráfico só para mostrar o número de casos de trabalhadores resgatados no período de 2003 a 2019: são 105 casos, 4.191 trabalhadores resgatados. Chamo mais a atenção para o fato de que dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, 15 apresentam ocorrência de trabalho escravo, com destaque para a Bacia do Rio Grande, a Bacia do Rio Corrente e o Território de Identidade do Velho Chico, que detêm 84,73 dos resgatados.

Quanto ao ramo de atividade... Ah! Desformatou total lá o primeiro... Soja, trigo... Espero que não seja o agronegócio atuando para desmascarar... Mas a agricultura detém 64% como ramo de atividade principal, de onde são resgatados esses trabalhadores que se dedicam à plantação de soja, milho e principalmente de algodão, mas também carvão vegetal e outras formas. No rural, são 83% dos casos e no urbano, 17% dos casos.

Quanto ao perfil do trabalhador, é basicamente 74% masculino. Quanto à raça dos trabalhadores, tanto as mulheres como os homens se declararam pardos. O perfil dos trabalhadores quanto à idade é de 43,51 anos. No entanto, a maioria, tanto homens como mulheres, estão na faixa de idade de 25 a 39 anos, ou seja, na sua plenitude de trabalho, mas também se registram 5 mulheres e 34 homens entre 14 e 17 anos. Poderiam estar tocando na Neojiba, mas estão submetidos a um trabalho análogo à escravidão.

A grande maioria, 46%, tanto homens como mulheres, são solteiros. Parte deles, tanto homens como mulheres são analfabetos, 20% e 25%, respectivamente. E 46% dos homens e 39% das mulheres têm até o quinto ano incompleto. O que mostra a vulnerabilidade social dessas pessoas. Não vou chegar à ocupação de homens e mulheres... É isso.

Destacando outras ações nesse sentido, tem o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, que não só denuncia como também tem campanhas com relação à erradicação do trabalho escravo na CPT, Disque 100, SAC da Contag, Coetrae.

Um pouco de olho vivo não só na erradicação do trabalho escravo, mas também para a gente não perder esses espaços de conquista de uma vida mais digna e de um trabalho mais decente, à luz do que fala Bolsonaro e do esforço que tem com relação às terras. Não vou ler tudo isso, mas ele fala o seguinte, em relação à expropriação das terras em que foi encontrado trabalho escravo: “Que esse cidadão vai perder a fazenda. Vão eles, netos e bisnetos para a rua, se não for para a cadeia. Quem tem coragem de investir num país como este? Ninguém, declarou.” É isso que precisamos ficar de olho e muito unidos para poder resistir.

Parabéns! A gente não pode dizer vida longa à Coetrae, mas a gente pode dizer que se instale logo o trabalho digno e decente em nossa sociedade. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Quero agradecer à professora pela aula e falar que não fui eu quem tocou a sirene para acabar a aula. Se bem que para os estudantes a melhor hora que tinha era quando tocava para acabar a aula, mas no nosso caso aqui não é isso, viu, professora?

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Então, quero agradecer à professora e passar a palavra ao Everaldo Augusto, representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. EVERALDO AUGUSTO: Em primeiro lugar, gostaria de saudar o deputado Marcelino Galo e parabenizá-lo por mais esta iniciativa, colocando o seu mandato popular a serviço das causas mais nobres para os trabalhadores e para o povo da Bahia. Conhecemos a trajetória de trabalho do deputado e é digna de louvor.

Quero saudar toda a Mesa, todas as autoridades presentes e saudar o plenário, um plenário qualificado, de pessoas que estão se dirigindo a esta Casa para comemorar ou, melhor dizendo, marcar a passagem de 10 anos de um espaço, como é a Coetrae, de luta, de resistência, na defesa de segmentos de trabalhadores completamente fragilizados e vulnerabilizados pela exploração do capital.

Nós estamos vivendo dias difíceis para quem trabalha. Contraditoriamente ao processo de avanço que nós estamos assistindo na sociedade como um todo, na base tecnológica da sociedade, onde é possível você produzir mais em menos tempo, com menos trabalho, e onde as condições, todas as condições estão dadas para eliminar as formas de trabalho, trabalho mais penoso, o trabalho mais abjeto, mais indigno, na contramão disso tudo nós temos um avanço, uma onda de precarização, de fragilização do trabalho.

É nesse contexto, portanto, que nós estamos aqui marcando a passagem dos 10 anos da Coetrae. Nós tivemos, durante este ano, durante o passado mais recente no nosso país, uma série de medidas que vêm no sentido de criar um ambiente cada vez mais favorável, de ressurgir essas formas abjetas de trabalho.

Nós tivemos, recentemente, o fim do Ministério do Trabalho, um espaço que o trabalho conquistou neste país há mais de 70 anos. E o trabalho é algo importante para a sociedade, para o homem, para qualquer nação. E durante 70 anos nós tivemos uma trajetória no nosso país de avanços, do ponto de vista da valorização do trabalho, há muito custo, com muita luta, com muita resistência. E a criação do Ministério do Trabalho e a sua existência, nesses 70 anos, se enquadra dentro desse contexto de avanços. Mas o Ministério do Trabalho foi extinto. Isso tem um significado para a classe trabalhadora, para a sociedade brasileira.

Outras medidas também estão acontecendo: a reforma trabalhista. A pretexto de gerar empregos ou de modernizar as relações de trabalho, eliminam-se direitos, eliminam-se todos os mecanismos de proteção ao trabalho que nós conquistamos. E os empregos não são criados. E a crise se aprofunda cada vez mais. Agora, fala-se de fazer a reforma da Previdência para, justamente, eliminar o direito à aposentadoria dos trabalhadores. Há uma marcha batida para tentar inibir, coagir instituições do próprio Estado voltadas para fazer a fiscalização relacionada ao mundo do trabalho – fiscalização das relações de trabalho, das relações de emprego – como é o caso da tentativa de neutralizar as normas regulamentadoras, que é resultado de fóruns tripartites. Nada imposto pela classe trabalhadores ou quem quer que seja, muito pelo contrário.

Mas esses momentos e o tipo de governo que nós temos hoje no país, esse tipo de governo é incompatível com um processo minimamente democrático de relação de trabalho. Isso chama muito a nossa atenção e isso dá uma importância maior ainda a esta sessão e a outras atividades que nós já tivemos e poderemos ter na Bahia para marcar os 10 anos da Coetrae.

A Setre, Secretaria do Trabalho, como já bem disse aqui o nosso coordenador, Hildásio Pitanga, é parceira, é integrante dessa comissão. E nós desenvolvemos, em parceria com várias instituições, entre elas o Ministério Público do Trabalho, o Tribunal de Justiça, a Superintendência do Trabalho, entidades de trabalhadores, entidades também patronais, nós desenvolvemos várias ações, todas elas direcionadas ao trabalho decente, que é uma estratégia do OIT, da qual o governo da Bahia é parceiro. E a única agenda subnacional do trabalho decente que nós temos aqui na Bahia, e, dentro dessa agenda do trabalho decente, nós temos um eixo que é justamente de combate ao trabalho escravo, que é voltado justamente para dar condições de reinserção no mercado de trabalho, em condições de autonomia, para esses trabalhadores resgatados.

E é por isso que nós estamos aqui com a nossa equipe da agenda do trabalho decente, que está presente aqui, e vários outros servidores da Setre. E vim aqui trazer, portanto, a palavra da secretaria e do nosso secretário Davidson Magalhães, que não pôde estar aqui.

E, mais uma vez, parabéns ao deputado e parabéns a todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Obrigado a Everaldo Augusto, aqui representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Registrar a presença do coordenador da Coordenadoria de Defesa dos Povos Indígenas da Secretaria de Direitos Humanos e justiça, Jerry Matalawê, ali, neste momento, também uma etnia que vem sendo muito agredida, que precisa de todo o nosso apoio, e também de Som, que é um comunicador, é um pataxó lá de Pau Brasil, é ele que apresenta os programas da rádio comunitária.

Agora vamos passar a palavra para o representante do governo neste ato, que é o superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Jones Carvalho.

O Sr. JONES CARVALHO: Bom dia a todos e a todas, quero parabenizar o deputado Marcelino Galo, porque é um ato muito importante este que a gente está aqui presenciando, é um momento muito grave da vida nacional e é um momento importante para a gente referendar e reforçar todos aqueles órgãos e todas aquelas ações que são feitas nos sentido de resgate da dignidade e da luta contra a exploração do ser humano pelo próprio ser humano.

É muito importante também a gente ressaltar aqui que o trabalho da Coetrae é importante por todas as entidades envolvidas, mas é também um trabalho feito com muita dedicação e coragem das pessoas que compõem essa equipe. Na nossa secretaria, Edmar é que está responsável, a pessoa que está à frente disso, e eu vejo nele e nas pessoas que compõem o Coetrae uma dedicação extraordinária, colocando em risco a própria vida para tirar o trabalhador de condições absolutamente absurdas, análogas ao trabalho escravo. E, muitas vezes, no resgate, as pessoas estão numa situação tão ruim e tão degradante, que à própria liberdade eles não têm tanto apreço, porque eles têm medo do que vai acontecer com eles quando saírem daquele local. E às vezes têm que ser convencidos pela equipe de que não podem ficar naquela situação.

Então, é muito grave a situação, mas é também muito corajosa e muito valorosa essa ação, porque estamos vivendo um momento... Às vezes, as pessoas acham que ditadura se faz por decreto ou que democracia se faz por decreto. Não: é um processo. E nós estamos vivendo um processo de autoritarismo, na tentativa clara e explícita de transformar o Brasil novamente numa ditadura. E esse processo encontra resistência principalmente dos setores que estão aqui.

A extinção do Ministério do Trabalho é um absurdo, e a gente sabe do risco e da dificuldade que a gente já enfrentou tendo o Ministério do Trabalho na defesa dos direitos dos trabalhadores. Por que uma das primeiras medidas desse governo é exatamente extinguir o Ministério do Trabalho? Porque eles querem, a vontade do presidente é de que todo trabalho seja próximo ao trabalho análogo ao de escravo. Essa é a visão do presidente da República, que trata os povos indígenas com absoluto desrespeito e perseguição e que trata os trabalhadores como se fosse uma graça eles terem um trabalho, e não ao patrão, que vive às custas desse trabalho. Então, é um governo que tem um lado, tem um lado muito claro, e a gente precisa reafirmar os princípios das lutas libertárias, os princípios das lutas em que colocam os trabalhadores como protagonistas do processo.

E, neste momento extremamente perigoso da vida nacional, o que nós estamos vendo são seguidas tentativas, infelizmente algumas vezes conseguem, a retirada seguida de direitos. E o que caracteriza uma ditadura é o autoritarismo, é a contínua perda de direitos individuais e a perda de autonomia dos Poderes. Então, quando a gente vê o presidente da República ignorando a lista tríplice, que desde o governo Lula vinha sendo respeitada, e colocando alguém que está de acordo, tem ligação com ele, ou seja, todas as fontes de fiscalização do governo estão sofrendo intervenção: Polícia Federal, Ministério Público... E, com isso, o que a gente vai ter é um governo que não vai ser vigiado, mas vamos ter os adversários do governo vigiados e perseguidos.

Esse é um caminho violento para a ditadura. E é preciso que a gente diga isso, e diga para a população, que alerte a população que todos os direitos conquistados estão sendo perdidos. E uma das coisas mais absurdas que a gente vive é exatamente a situação do trabalho escravo, é o tráfico de pessoas, que, infelizmente, nesse governo, vai aumentar. Então o trabalho da Coetrae, infelizmente, como foi dito aqui, a gente não quer vida longa, porque gostaríamos que fosse extinto, mas a gente sabe que é preciso que tenha cada vez mais uma vida ativa, que tenha cada vez mais essa dedicação, porque nós precisamos fazer com que o Brasil volte a ter esperança. Porque o que estamos vendo em nosso povo é a perda de esperança, e, quando se perde a esperança, a gente se torna uma presa fácil para aqueles que têm esse espírito ditatorial, para esses que querem efetivamente tirar os direitos dos trabalhadores.

Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar o deputado Marcelino, que tem feito algumas ações extremamente significativas e neste momento... Muitas vezes as pessoas acham que governo é só obra de concreto, é ponte, é asfalto. Governo também é ação humana, é cuidar das pessoas. E os nossos governos têm feito isso. Pela própria vivência que... Todos nós vivemos no movimento sindical, o governador Rui Costa, o governador Jaques Wagner, então existe um apreço muito grande por essas ações, por isso que só mesmo em governos populares elas podem acontecer, como se criar uma organização, um grupo como a Coetrae. E o governador Rui Costa nos tem dado todo o apoio necessário, a gente sabe das dificuldades econômicas que está passando, de tudo que a gente está passando, mas existe, por parte do governo, uma determinação nessas ações, porque é algo absolutamente intolerável que, em pleno século XXI, a gente ainda tenha trabalho escravo.

Nós vamos seguir nessa luta, vamos seguir com o apoio, com o trabalho de todas essas entidades, entendendo que, por mais difícil que seja, por mais doloroso que seja ver pessoas nessas condições de vida, nós vamos seguir tendo a coragem, a determinação de enfrentar e de conseguir... Cada trabalhador libertado, para nós, é uma vitória extraordinária.

Infelizmente a gente sabe que ainda existem muitos nessas condições, e a gente não tem conhecimento, mas cada um que é libertado é um ser humano que volta a ter condições mínimas de vida, de dignidade e de cidadania. É para isso que a gente tanto lutou, é para isso que a gente segue lutando

Então, mais uma vez, quero parabenizar toda a equipe da Coetrae, realmente é um trabalho muito difícil, mas muito importante, muito valoroso, e eu sinto que a gente

não vai ser derrotado por essa perspectiva autoritária porque existem pessoas como essas que estão hoje na força-tarefa, que têm a coragem de enfrentar as piores dificuldades para resgatar a dignidade humana.

Então, parabéns a Coetrae e parabéns a toda a força-tarefa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Então, agradecer a Jones Carvalho, neste ato representando o governo do estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Agora, convidar Cássia Margarete Amaro dos Santos, que é da Coordenação de Educação do Campo.

A Sr.^a CÁSSIA MARGARETE AMARO DOS SANTOS: Licença, primeiramente, aos meus antepassados, aos meus ancestrais, bom dia a todas e a todos, trazendo também um abraço e uma desculpa do nosso secretário de Educação, que neste momento não pode estar presente. Pedindo licença e permissão também à Mesa, na pessoa do nosso deputado Marcelino Galo.

Como só temos 5 minutos, vou tentar ser bem breve, com uma apresentação do que é e do que está sendo feito pela secretaria da educação do estado. Só completando que é coordenação do “Campo e Quilombola”, a nossa coordenação está trabalhando com esses dois públicos.

No ano de 2016, nós começamos um diálogo com o pessoal do Repórter Brasil para pensar uma formação mais específica para os nossos professores, e aí foi elaborado um projeto educativo pensando nessa prevenção do trabalho escravo. O objetivo era diminuir o número de trabalhadores aliciados, mas pensando também nessa população que fosse mais específica da zona rural.

Discutindo com a Coetrae, a gente trouxe a proposta também para Salvador e para a região metropolitana. O público para essa atividade eram gestores e técnicos da secretaria estadual, mas também pegando e abrangendo os municípios, as secretarias municipais de educação. A gente começou em um período de março de 2017 e fomos até março de 2018. Estamos agora com uma proposta: para 2020, a gente estará pegando mais três territórios. A gente trabalhou, no primeiro momento, com o território de Barreiras, com o território de Vitória da Conquista e com o território de Salvador, pegando Salvador e região metropolitana.

A gente traz também os dados de como é que estão os trabalhadores libertados no país, faz o trabalho de prevenção, mas traz os dados de quem são e como é que estão esses trabalhadores. E aí trazemos que a Bahia, ela está em sexto lugar. Em todo esse trabalho que vem sendo desenvolvido pela Coetrae, como ele está sendo feito, a gente tem a Bahia no sexto lugar.

A gente traz também, acerca da naturalidade, onde é que estão esses trabalhadores, isso foi discutido com os professores e com os funcionários que estavam fazendo a formação. A Bahia vem em segundo lugar. Acho que tanto a professora Guiomar quanto o Gildásio já colocaram isso, trazendo onde é que estão e quais são os municípios mais atingidos – aqui na Bahia, onde é que estão e como é que estão.

Nesse projeto nosso da educação, nesse período, a gente conseguiu atingir três NTEs (núcleos territoriais de educação), que foram Barreiras, Santa Maria da Vitória e Salvador, atingindo 22 municípios. No projeto, 22 municípios foram envolvidos, trouxemos 90 escolas, tanto escolas estaduais como escolas municipais. Foram atingidos diretamente 655 educadores e educadoras, atingindo 23.573 educandos mais ou menos, em média, com 428 funcionários trabalhando ativamente dentro desse programa. Foram 7.348 pessoas da comunidade, que a gente estava chamando de “comunidade extraclasse”, são as pessoas da comunidade, o pessoal que estava no entorno das escolas, e mais de 32 mil pessoas prevenidas do trabalho escravo.

Eu trago algumas fotos de atividades que foram feitas e realizadas pelos alunos nos NTEs nesses municípios, dentro dessas escolas, algumas fotos do nosso trabalho nesse período. Como resultado desse trabalho, a gente fez, no final da atividade, o Repórter Brasil, que foi coordenado pelo pessoal do Escravo, nem Pensar!, uma coordenação que existe dentro do Repórter Brasil. Toda essa atividade foi pensada e coordenada por esse pessoal do Escravo, nem Pensar!, que traz no final um resultado.

Esse aqui é o resultado do trabalho nosso no Oeste baiano, eu trouxe alguns exemplares que estão ali para depois vocês manusearem. Esses dados que tem aí, essas apresentações e essas fotos estão dentro desse material, porque vocês podem pegar, ver, analisar e levar também para as discussões ou para os espaços onde estão.

A secretaria de Educação está junta com a Coetrae já há quase 6 anos nessa atividade, nesse trabalho, fazendo alguns momentos também...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Já concluindo.

(...) trazendo também, fazendo alguns momentos de videoconferência com o pessoal. E, só para fechar, esse é um trabalho que foi feito em três NTEs, mas ele foi para dentro da pauta das nossas jornadas pedagógicas, e aí todos os NTEs, todos os núcleos de educação, estão vendo como é que a gente pode estar atuando, principalmente na zona rural, com esse trabalho de prevenir as pessoas com relação ao trabalho análogo ao de escravo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Obrigado, Cássia Margarete, temos nos encontrado em alguns momentos de defesa da educação quilombola pelo estado. Obrigado pela sua participação.

Agora nós vamos convidar Ana Buratto, que é coordenadora da Avante – Educação e Mobilização Social.

A Sr.^a ANA BURATTO: Bom dia a todos e todas, é... percebo que nós estamos num momento de celebração não só dos 10 anos da Coetrae, apesar de a gente querer que a Coetrae deixe de existir, mas é a celebração, eu acho, do encontro e de uma articulação fundamental quando a gente fala de política pública. A Coetrae consolida isso e operacionaliza. Eu, com muito orgulho, estou, sou membro da Coetrae e percebo que nós, lá, além de trabalharmos de forma integrada e bastante coerente... Existem uns

programas, como o Programa de Ação Integrada, que já foi falado aqui, que é um programa coordenado pela Setre, mas que está também dentro da Coetrae, como também o GAETE e a força-tarefa.

Quando a gente fala dessas articulações, elas existem dentro da Coetrae desde o momento de, digamos, fiscalização e de ida aos espaços onde existem trabalhos escravos até a parte, agora, mais recente, do atendimento ao trabalhador resgatado.

Isso é muito importante, eu acho que deve nos deixar muito feliz e com muitas esperanças de que, de fato, tiranos não combinam com brasileiros corações, como disse a professora, não é? Não é possível, isso nós não vamos deixar que aconteça, nós estamos num cenário político realmente, extremamente ameaçador, mas ele não combina conosco.

E eu me sinto muito orgulhosa, neste momento, de ser baiana, de ser nordestina, com muito orgulho, e acho que a gente precisa ter momentos de encontro como esse e ter comissões e grupos que atuem efetivamente no combate e na defesa – se for preciso, combater –, mas na defesa do que nos é devido.

Em relação a Avante, eu gostaria de dizer que é mais recente o nosso trabalho de combate ao trabalho escravo, mais recente porque nós temos 23 anos de vida e começamos com a educação, mas nos sentimos fortemente mobilizados por esse trabalho, e em dois projetos, um financiado pela OIT e o Ministério Público do Trabalho e o outro agora, bem recente, estamos este ano trabalhando em parceria com a Setre e com a Agenda Bahia de Trabalho Decente, no âmbito do Funtrad. Nós verificamos uma coisa, um aspecto do trabalho escravo que apesar de ser conhecido internacionalmente, aqui é muito forte ainda, que é a invisibilidade do trabalho escravo para a comunidade e para o próprio trabalhador, o trabalhador não se vê, não se percebe como atuando no trabalho escravo.

Nós fomos em quatro municípios, os quatro piores municípios, piores no sentido de ter o maior número de trabalhadores resgatados, e lá escutamos os trabalhadores resgatados, escutamos a comunidade. Recentemente nesse trabalho, entre Aracatu e Teolândia, nós escutamos mais de 250 pessoas dos dois municípios e o que ouvimos inicialmente é que não há trabalho escravo ali, análogo ao escravo. Desconhecem, não veem, não percebem, alguns apoiam e apoiam ingenuamente. Eu quero dizer ingenuamente, gente, porque comerciantes locais dizem: “Mas, olha, é tão importante esse pessoal trabalhar, aqui não tem trabalho.” É outra coisa para a qual eu gostaria de chamar atenção, o trabalho análogo ao escravo não existe à toa, ele existe, por falta nossa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Tomei um susto! Falta de ação local, de ação de apoio a esses municípios que não têm oferta de trabalho para seus trabalhadores, que aí saem para Minas, para São Paulo, para o Espírito Santo. Especialmente nesses quatro municípios, na colheita do café e a colheita do café está sendo mecanizada, porque o agronegócio está mecanizando, eles vão perder isso inclusive. E vão fazer o que nos seus municípios? Foi a grande discussão que nós tivemos no seminário local agora, com Aracatu. O que é que nós vamos oferecer a esses trabalhadores resgatados? Precisamos pensar nisso e

atuar nisso, porque senão nós vamos ter trabalhos escravos em outras culturas, na construção civil, em outros tipos de trabalho.

Então, é isso e eu queria dizer que foi um prazer enorme. Queria cumprimentar Admar, cumprimentar toda a Mesa realmente, mas especialmente Admar, por nos proporcionar este momento de encontro de vontades e de tanta esperança, porque quando eu vejo este grupo aqui eu sinto esperança, apesar de todo o cenário que nós temos aí.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Obrigado à professora Ana. Peço desculpas a ela pelo susto, mas a culpa é do rapaz que fica ali. Como é um colegiado muito amplo, todo mundo vai falar e porque todo mundo vai falar o tempo tem que ser controlado. Então, eu peço desculpas a vocês, mas é da natureza do evento. Imagine se alguém ficasse sem falar, ficaria muito ruim para nós.

Agora nós vamos ouvir a nossa Liane Durão de Carvalho, que é auditora fiscal.

A Sr.^a LIANE DURÃO DE CARVALHO: Bom dia a todos e a todas. Quero saudar essa Mesa, na pessoa do deputado Marcelino Galo, agradecer pela oportunidade de estarmos todos reunidos aqui; saudar os demais na pessoa do Dr. Admar, meu querido amigo, guerreiro nessa luta conosco, dizer que é um prazer estar aqui nesta Casa, uma Casa de representantes do povo. Estou muito feliz de estar participando desta sessão especial pelos 10 anos da comissão estadual de combate ao trabalho análogo ao de escravo na Bahia, porém triste de saber que essa situação de trabalho nessas condições indignas e degradantes ainda existe, e muito, no nosso país.

De modo que, desde 1995, quando o Brasil reconheceu essa nova forma de escravidão, que é a escravidão contemporânea, como também podemos chamar, foram resgatados no Brasil mais de 50 mil trabalhadores. Então, iniciativas como esta, desta sessão, que une as diversas instituições que atuam na prevenção, na repressão e na assistência são muito importantes.

A existência dessa comissão atuante aqui no nosso estado é fundamental e eu estou aqui representando a inspeção do trabalho. Sou representante da inspeção do trabalho na Coetrae-BA. Não adianta nós, na inspeção do trabalho, exercermos a nossa competência de resgatar esses trabalhadores, irmos à campo, fiscalizarmos os empregadores e retirarmos esses trabalhadores se, depois, nós não tivermos um apoio das redes parceiras para reinserção desses trabalhadores, para assistência desses trabalhadores. Então, é por isso que nós precisamos sempre nos unir e promover políticas públicas definitivas de prevenção.

Nesse sentido, é muito importante que os diferentes poderes da União, do Estado e do Município, bem como organizações da sociedade civil, se juntem e unam forças para dar efetividade a essa importantíssima política pública. Precisamos estar juntos, precisamos nos fortalecer, inclusive legislativamente, porque estamos tendo ataques e hoje mais fortes. Temos um ataque em relação ao conceito do trabalho análogo ao de escravo, a questão de quererem retirar a degradância, nós da inspeção vemos que a

maioria dos nossos resgates, hoje, é em função da degradância, não são pessoas acorrentadas, o trabalho escravo contemporâneo, hoje, é basicamente um trabalho degradante. Então, retirar esse conceito enfraquece muito essa política pública.

No âmbito estadual, já houve a aprovação de uma lei, inclusive, que prevê restrições ao ICMS para os empregadores flagrados nessa situação, submetendo trabalhadores a condições análogas às de escravos, porém ainda não houve a implementação efetiva dessa legislação. Então, temos que avançar também nesse assunto, nessa pauta. O que que está faltando para implementarmos isso? Está faltando regulamentação? Então, vamos regulamentar.

Aqui na Bahia, no âmbito da inspeção do trabalho, combater o trabalho análogo ao de escravo é uma prioridade. Por isso mesmo, desde 2017 – hoje está fazendo 2 anos – nós temos um grupo especial de combate ao trabalho análogo ao de escravo, é esse grupo que integra as forças tarefas e coordena essas forças tarefas. Forças tarefas essas que contam com a participação de outros membros muito importantes da Coetrae sem os quais a política não seria efetiva: como a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social; o Ministério Público do Trabalho; a Defensoria Pública da União; a Polícia Federal ou a Polícia Rodoviária Federal.

Então, a atuação dessa força tarefa, juntamente com a atuação da ação integrada, tornou a Bahia uma referência no Brasil e no mundo nessa política pública. Nesses 10 anos já avançamos muito, mas ainda temos muito trabalho pela frente. Estamos juntos nessa luta. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Muito obrigado, Dr.^a Liane Durão, ela foi disciplinada e não tomou susto.

Agora, nós vamos ouvir a Dr.^a Adriana Campelo, que é procuradora do Ministério Público do Trabalho.

A Sr.^aADRIANA CAMPELO: Bom dia a todos, gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado Marcelino Galo, parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência solene para tratar de um tema tão importante e caro para toda a sociedade brasileira, e para o Ministério Público do Trabalho em especial, também, porque o combate ao trabalho escravo é uma das metas institucionais do Ministério Público do Trabalho e não podíamos, então, estar fora desse contexto e participar, como participamos ativamente, dessa comissão.

Eu gostaria de trazer uma questão aqui... Inclusive neste evento hoje, a escolha do Neojiba apresentando a orquestra, me trouxe à mente que a orquestra tem tudo a ver com o que está sendo feito aqui, que é a celebração dessa comissão, que só funciona, só tem efetividade, porque trabalha como uma orquestra. O trabalho dessa comissão depende essencialmente de cada um desses parceiros e de toda a sociedade civil também envolvida, mas se não for um trabalho orquestrado, não vamos conseguir vencer essa chaga que ainda é muito presente na sociedade brasileira e no nosso caso em especial, na Bahia é mais forte ainda.

A gente não pode esquecer que o porto de Salvador foi o porto que mais recebeu escravos no mundo. Então, toda essa população... o Brasil nasceu aqui, nasceu composto dessa população que ingressou como trabalhadores na condição de escravos, houve a libertação, mas a sociedade brasileira até hoje ainda não conseguiu enfrentar de uma forma efetiva, garantindo a essa população a condição de trabalho digno. E desconstruir uma cultura da nossa sociedade que foi baseada na escravidão, essa desconstrução é um desafio muito grande para a sociedade brasileira.

Eventos como este tornam essa problemática pública e trazem o debate, não deixam esse debate morrer, porque enquanto a gente tiver culturalmente a presença da escravidão, como foi colocado por Dr.^a Ana, o trabalhador em condições análogas à escravidão não se identifica com uma situação onde a dignidade dele não é garantida. Isso tem que ser revisto, porque é um processo histórico cultural. E o empregador que utiliza dessa mão de obra escrava também vem dessa cultura de achar que está sendo bondoso ao fornecer esse trabalho.

Então, o problema é grande, é complexo, mas temos aqui instituições que já vêm trabalhando nesse combate há mais de 10 anos, aqui comemoramos 10 anos da Coetrae. Estamos na luta, o Ministério Público do Trabalho se apresenta como uma instituição forte da sociedade brasileira e em qualquer contexto político que estejamos vivendo, temos uma missão constitucional na qual todos os nossos integrantes, nossos procuradores do trabalho todos têm como prioridade a obediência ao ordenamento jurídico, a ação firme na defesa dos direitos dos trabalhadores, e em especial dos trabalhadores vítimas de situação análoga à de escravo.

Então, para a sociedade brasileira a gente tem essa mensagem de que o Ministério Público do Trabalho tem na sua essência essa missão e dela não vai se afastar em nenhum contexto político que se apresente.

Então, desejo vida não tão longa, mas muito trabalho a esta comissão. Gostaria de parabenizar cada um de vocês e cada um dos presentes, não só por trabalharem como um trabalho, mas é um trabalho que vai além, toca todos nós que nos importamos e queremos um trabalho digno para todos. Nós gostamos de trabalhar com dignidade, o nosso irmão também, é isso que a gente precisa garantir, progresso econômico com dignidade. Crescimento econômico todos nós queremos, mas queremos que seja garantido a todos os trabalhadores brasileiros condições dignas de trabalho.

Então, parabéns a todos. Obrigada e um bom dia. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Muito obrigado a Dr.^a Adriana Campelo, e dizer a ela que é desse tipo de procuradora que o Brasil precisa.

Agora, nós vamos ouvir a última fala, do Sr. Juiz do Trabalho, Anderson Rico, que aqui representa a Associação dos Magistrados do Trabalho.

O Sr. ANDERSON RICO: Bom dia a todos. Cumprimentar a todos da Mesa, na pessoa do deputado Marcelino Galo, parabéns pela iniciativa da sessão solene, e para que a gente torne esse dia do aniversário do Coetrae como um dia festivo, a gente acompanha de perto a luta do nosso amigo Admar e sabe da importância desse

conselho, principalmente quando a gente está num momento nacional de efetivo desmonte de todo o sistema de garantia dos direitos sociais, dos direitos trabalhistas.

Foi muito falado aqui em tirania e quando a gente fala em tirania me lembro do espírito que inspirou a Constituição de 88, da sede de democracia que levou o povo ao movimento das Diretas Já e à nova Constituinte. E me lembrei que o primeiro artigo logo da Constituição Federal é o que fala dos fundamentos da nossa República. E lá tem dito, é o art.1º, inciso IV, se a memória não estiver me traindo, que é fundamento da República o valor social do trabalho e da livre iniciativa. E aí eu faço duas ponderações: primeiro, o valor social do trabalho veio na frente da livre iniciativa, no meu entender não foi por uma questão simplesmente de ordem, mas sim uma questão de relevância; e segundo, quando se fala em valor da livre iniciativa a palavra social não está à toa, a livre iniciativa ela deve ser, sim, estimulada, ela deve ser, sim, cada vez mais estimulada, mas sempre tendo em vista o valor social dela, a livre iniciativa não pode ser um fim em si mesmo e ela não pode se sobrepor ao social.

E isso, aí uma outra fala aqui dita, me preocupa demais quando o Ministério do Trabalho é extinto, e a sua pasta, as suas atribuições são absorvidas pelo Ministério da Economia, me parece que isso é uma prova inequívoca de que no cenário atual a economia vem antes do trabalho, e não me parece que assim deveria ser.

Não me parece que assim deveria ser, e fica claro que a intenção é essa, quando a gente vê passar a primeira reforma trabalhista, a segunda reforma trabalhista está no forno e antes que o trabalhador entenda o que perdeu na primeira já vem a segunda por cima. E aí vemos também reforma da previdência, como foi dito, medida provisória da liberdade econômica convertida em lei, inúmeras movimentações econômicas nas quais o direito social fica de lado, e me parece ser muito possível que eles andem juntos, não só possível como muito factível. Mas para que eles andem juntos, é preciso que o espírito que envolve essa festa de hoje, o espírito da criação do Coetrae, esteja sempre vivo.

Eu não desejo, Dr.^a Adriana, não desejo, professora, vida longa ao Coetrae, mas eu desejo vida eterna ao sentimento que instituiu, que imbuiu a criação dele, eu desejo de coração que seja eterno esse sentimento de resistir, e esclarecendo que esse não é um discurso político ou partidário, a palavra resistência já não tem mais a ver unicamente com a movimentação de esquerda, não é uma questão de orientação política, resistir virou uma necessidade diante do cenário de extinção (palmas) de desmonte das garantias sociais.

Então, eu conclamo a todos da Mesa, a todos do Coetrae, a todos aqui presentes, independente de integrarem a iniciativa do Coetrae ou não, a toda população e, principalmente, ao meu deputado, a esta Casa Legislativa que tão bem representa o povo, para que fiquemos juntos, todos nessa luta, e que a gente não deixe, de fato, os direitos sociais conquistados ao longo de tantas lutas e tanto suor esvaírem-se pelo ralo.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula): Obrigado ao Sr. Anderson, e é um juiz como esse que o Brasil precisa, e de muitos, mais. Muito obrigado!

E agora eu quero convidar aqui o coordenador Admar Júnior para em nome da Coetrae, receber o certificado pelos 10 anos de atuação em defesa dos direitos humanos e combate ao crime aqui no estado da Bahia. (Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.) (Palmas)

Eu quero agradecer a presença de todos, a presença de toda a comissão, agradecer a todos vocês pelo empenho desenvolvido durante todo esse tempo de atuação dessa importante comissão. Agradecer também pela organização desse evento para que se dê visibilidade, para que se incorpore essa agenda nesta Casa, que falam que é a Casa do Povo, mas se o povo não ocupar esse espaço para enchê-la de vida, para mobilizar, para aqui arrancar os interesses do povo, ela só terá o nome: Casa do Povo. Ela será a Casa de outros interesses.

Por isso que foi muito importante a realização dessa sessão, e também, em nome da Coetrae, gostaria de agradecer a Admar por todo o seu esforço e mobilização no sentido de realizar esse evento. Então como todos que aqui falaram não vamos desejar vida longa, mas muita força, energia para fazer o enfrentamento necessário a este momento.

Então, viva a Coetrae! Parabéns a Coetrae pelos seus 10 anos, e vamos seguir.

Vida digna para os trabalhadores!

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.